



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PARA OFERTA PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES DA CARBOMIL S.A. MINERAÇÃO E INDÚSTRIA - 1ª EMISSÃO

Pelo presente instrumento particular, como **EMITENTE, CARBOMIL S.A. MINERAÇÃO E INDÚSTRIA**, com sede à Avenida Santos Dumont nº 2.088, 7º andar, Aldeota, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 07.253.321/0001-47, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como **AGENTE FIDUCIÁRIO, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Av. Rio Branco nº 151, grupo 901, Centro, inscrita no C.G.C. - Cadastro Geral de Contribuintes - do Ministério da Fazenda sob o nº 36.113.876/0001-91, nomeado nesta Escritura e nela Interveniante, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta emissão, vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular de Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da **EMITENTE** realizada em 14 de Novembro de 1992.

II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº. 6.385, de 07/12/1976 e nº. 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

III - DOS REQUISITOS DE ARQUIVAMENTO E REGISTRO

1) ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará, e publicada na forma estabelecida no item 10 da Cláusula IV.

2) REGISTRO DA ESCRITURA

A escritura de emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará.





IV - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características :

1) MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO

Cr\$ 80.000.000.000,00 (oitenta bilhões de cruzeiros).

2) QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) debêntures simples. As debêntures terão o valor nominal unitário de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

3) SÉRIES

A emissão terá número de séries indeterminado, limitada a soma das debêntures das séries emitidas ao total de debêntures da emissão.

4) DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01/11/92.

5) PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures de cada série terão prazo e data de vencimento distintos.

6) FORMA E CONVERTIBILIDADE

As debêntures serão nominativas, não endossáveis, inconvertíveis em ações.

7) ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada, exceto às da 1ª série que serão da espécie com garantia flutuante.

8) COLOCAÇÃO

O lançamento será público mediante a interveniência de Instituições Financeiras.

9) DISTRIBUIÇÃO

Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição das debêntures, conforme referido no artigo 33, da Instrução CVM nº 13/80.



Handwritten signatures and initials.



10) DA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos no Jornal O Povo, de Fortaleza (CE), Diário Oficial do Estado do Ceará e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro (RJ), em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

11) NEGOCIAÇÃO

As debêntures serão negociadas através do SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto), e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

12) DO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O pagamento das obrigações das debêntures, por parte da **EMITENTE**, se dará mediante as seguintes condições e características:

12.1) PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

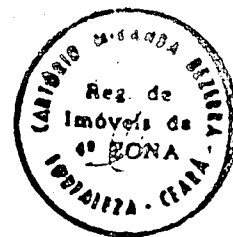
12.2) MORA E MULTA CONVENCIONAL

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos além de rendimentos, prêmios e correção monetária na forma estabelecida neste Instrumento, a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

13) RESGATE ANTECIPADO

A **EMITENTE** reservar-se-á o direito de, a qualquer tempo a partir do 12º mês da data de início de distribuição de cada série, porém sempre no primeiro dia útil de cada mês, resgatar as debêntures pelo seu valor nominal atualizado, acrescido dos rendimentos e prêmios, "pró-rata temporis", sem ônus adicional para a **EMITENTE**. O resgate poderá ser total ou parcial, neste último caso mediante sorteio. O sorteio para resgate parcial será precedido de aviso publicado com antecedência de 30 (trinta) dias, no mínimo, nos jornais mencionados no item 10 (dez) anterior.





14) JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures desta emissão farão jus a juros remuneratórios, a partir da data de emissão, de acordo com a variação da TRD (Taxa Referencial Diária), acrescida (capitalizada) de 12 % (doze por cento) ao ano (360 dias). No caso de extinção da TRD, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares esta não possa ser utilizada como parâmetro de remuneração nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, o novo parâmetro de remuneração, ou aludidas alterações nos critérios da TRD, serão automaticamente aplicáveis à emissão de que se trata.

- 14.1) O valor dos juros remuneratórios, correspondentes à variação da TRD, será capitalizado e acrescido ao valor nominal, e o valor pecuniário assim obtido será base de cálculo de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Instrumento.
- 14.2) O valor pecuniário resultado do previsto no item 14.1 acima será pago quando do resgate ou do vencimento de cada uma das séries desta emissão e comporá o valor da recompra obrigatória prevista no item 17 desta cláusula
- 14.3) A parcela de juros remuneratórios correspondente aos 12 % (doze por cento) ao ano (360 dias) será paga semestralmente em 01 de maio e 01 de novembro de cada ano, calculada exponencialmente por dias decorridos desde a data de emissão ou a data do último pagamento de juros, incidindo sobre o valor pecuniário resultado do previsto no item 14.1 acima.

15) PRÊMIO

A EMITENTE poderá pagar aos debenturistas prêmio que vise adequar a rentabilidade dos títulos às taxas praticadas pelo Mercado Financeiro, observados os seus interesses, cabendo ao seu Conselho de Administração deliberar sobre as épocas de pagamento dos prêmios, bem como as condições de pagamento.

16) REPACTUAÇÃO

O Conselho de Administração da EMITENTE se reunirá previamente para fixar a duração de cada período de repactuação e deliberar sobre os juros e prêmios, inclusive os de permanência se julgar necessário, seus critérios e épocas de pagamento. As deliberações do Conselho de Administração relativas a cada repactuação serão publicadas pela EMITENTE por dois dias consecutivos, sendo a última publicação no 13º (décimo terceiro) dia útil imediatamente anterior ao início do referido período de repactuação.



Handwritten signature and initials.



17) AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA

(Opção de Venda dos Debenturistas) A **EMITENTE** compromete-se a adquirir todas as debêntures em circulação ao final dos respectivos períodos de repactuação de cada série, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições deliberadas pelo Conselho de Administração da **EMITENTE**. A recompra se dará pelo valor nominal, conforme definido no item 2 desta Cláusula, acrescido dos juros remuneratórios conforme definidos no item 14 e do prêmio previsto no item 15, se houver, ambos desta Cláusula. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à **EMITENTE**, deverá se habilitar no período compreendido entre o 14º (décimo-quarto) e o 5º (quinto) dias úteis imediatamente anteriores ao dia da repactuação, mediante o registro formal protocolado junto à Instituição prestadora do serviço de debenturista ou junto à **EMITENTE**. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMITENTE**, ou serem colocadas novamente no mercado.

18) AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A **EMITENTE** poderá, a qualquer tempo, adquirir as debêntures em circulação, na hipótese de aceitação de cada debenturista, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido de rendimentos e prêmios, se houver, calculados exponencialmente por dias decorridos. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMITENTE**, ou serem colocadas novamente no mercado.

19) DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo do disposto no sub-item 12.2 - Mora e Multa Convencional, desta Cláusula, o não comparecimento do debenturista para receber os valores correspondentes a quaisquer das obrigações pecuniárias da **EMITENTE**, nas datas previstas, ou comunicadas na forma de publicação na imprensa, conforme item 10 desta Cláusula, não lhe dará direito ao recebimento de atualização monetária, juros, e prêmios, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado no entanto, todos os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

20) LOCAL DO PAGAMENTO

Os pagamentos referentes aos valores previstos no item 14 e seus sub-itens, e ao prêmio, se houver, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados pela **EMITENTE** no Departamento de Acionistas da Companhia - Avenida Santos Dumont nº 2.088, 7º andar - Aldeota, Fortaleza (CE) ou em local previamente estabelecido, sendo que a notificação aos debenturistas será efetuada na forma prevista pelo item 10, desta Cláusula, ou ainda, em estabelecimentos de Instituições Financeiras contratadas para tal fim.

21) DELEGAÇÃO

O Conselho de Administração da **EMITENTE** poderá deliberar sobre as condições constantes dos incisos VI e VII do artigo 59 da Lei nº 6.404 / 76, que lhe foram delegadas pela Assembleia Geral Extraordinária mencionada na Cláusula I deste Instrumento.



Handwritten signature and initials.



22) VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta escritura e exigir o imediato pagamento pela EMITENTE do valor total das debêntures em circulação, acrescido de juros e prêmio, se houver, por dias decorridos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- 22.1) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMITENTE, que possa afetar substancialmente sua condição financeira;
- 22.2) Pedido de concordata preventiva formulado pela EMITENTE;
- 22.3) Decretação de falência da EMITENTE;
- 22.4) Falta de cumprimento pela EMITENTE de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO. Qualquer tolerância dos debenturistas no cumprimento das cláusulas e condições por parte da EMITENTE, será por mera liberalidade, não gerando à EMITENTE nenhum direito superveniente;
- 22.5) Vencimento antecipado de qualquer dívida da EMITENTE, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMITENTE decorrentes desta emissão.

V - DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

1) VALOR TOTAL DA SÉRIE

CR\$ 24.000.000.000,00 (vinte e quatro bilhões de cruzeiros), na data de emissão.

2) QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

24.000 (vinte e quatro mil) debêntures.

3) VENCIMENTO

01/11/95 (36 meses a partir da data de emissão).

4) PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido de: i) juros, calculados "pro-rata temporis" na forma do Item 14 da Cláusula IV, desde a data de emissão até a data de subscrição; e ii) prêmio, se houver, calculados "pro-rata temporis", na forma do Item 7 desta Cláusula, desde a data de início de distribuição até a data de subscrição.



Handwritten signature and initials.



5) FORMA DE PAGAMENTO

As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

6) REPACTUAÇÃO

Fica definida como 01/11/93 a data da 1ª aquisição obrigatória e como 1º período de repactuação, o compreendido entre a data de início de distribuição e 01/11/93.

7) PRÊMIO

As debêntures da 1ª série farão jus a um prêmio, a partir da data de início de distribuição, a ser definida no anúncio de início de distribuição, calculado pela seguinte fórmula:

$$P = (VN1 \times Fn) - (VN2 \times 1,12^{D/360})$$

Onde:

P - é o valor do prêmio a ser pago por debênture, se positivo, expresso em cruzeiros;

VN1 - é o valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, na data de início de distribuição;

VN2 - é o valor nominal unitário acrescido da parcela de juros remuneratórios correspondente à variação da TRD na forma definida no item 14.1 da Cláusula IV, na data da aquisição obrigatória;

D - 365 dias (número de dias entre 01/11/92 e 01/11/93).

Fn - Fator "n" de apuração do prêmio para cada debênture, escolhido na data da primeira repactuação, dentre os parâmetros a seguir, prevalecendo o maior deles:

1º PARÂMETRO: Fator acumulado do resultado da aplicação das taxas e respectivos indexadores, se pós-fixadas, divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós-fixados, acrescido (capitalizado) de um "spread" de 7 % (sete por cento) ao ano (360 dias), no "período de incidência de juros ANBID".

Entende-se como "período de incidência de juros ANBID", aquele que se inicia na data de início de distribuição das debêntures e se encerra na data de repactuação e, como "sub-período de incidência de juros ANBID", os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim:

- a) O primeiro sub-período inicia-se na data de início de distribuição das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós fixada, mais negociada, apurada na data de início de distribuição das debêntures;



8



- b) Os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período em vigor;
- c) As taxas e os indexadores, se pós-fixados, dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pró-rata" se necessário, de forma a cobrir todo o "período de incidência de juros ANBID".

Caso a última taxa ANBID considerada seja de um CDB pós-fixado e seu indexador não seja conhecido, ou a taxa não esteja disponível quando do vencimento do prêmio, será considerado o valor da TRD ou do seu substituto para o período, até que o indexador ou a taxa seja divulgado. Quando da divulgação do referido indexador ou da taxa, o prêmio será recalculado e a eventual diferença estará à disposição dos debenturistas a partir do 5º (quinto) dia útil após a referida divulgação e será atualizado pela variação da TRD desde da data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

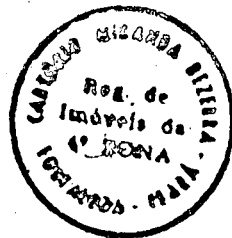
Na falta de divulgação pela ANBID das taxas acima citadas, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos bancários pós e pré-fixados, para lotes de valor equivalente a 500 (quinhentas) debêntures, obtidas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** junto às seguintes Instituições: BANCO CREFISUL DE INVESTIMENTOS S.A.; BANCO MULTIPLIC S.A.; UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.; CITIBANK, N.A. E BANCO MONTREAL - MONTREALBANK.

2º PARÂMETRO: Fator acumulado do Índice Geral de Preços de Mercado-IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data de início de distribuição e a data de repactuação, acrescido da taxa de 29 % (vinte e nove por cento) ao ano (360 dias), capitalizada "pró-rata dia" para o mesmo período. Caso a data de início de distribuição não coincida com o primeiro dia do mês, será utilizado um IGP-M "pró-rata" contado da data de início de distribuição até o primeiro dia do mês seguinte, utilizando-se o IGP-M do mês do início de distribuição.

Caso nas datas de vencimento dos prêmios não seja conhecido o IGP-M, o prêmio será pago na data prevista do vencimento com base na TRD. Quando da divulgação do referido índice o prêmio será recalculado e a eventual diferença estará à disposição dos debenturistas a partir do 5º (quinto) dia útil após a referida divulgação e será atualizada pela variação da TRD da data do vencimento até a data do efetivo pagamento.



Handwritten initials or signature.



VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMITENTE

A EMITENTE está adicionalmente obrigada a:

1) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- 1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
 - 1.2) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
 - 1.3) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 60/87 e nº 73/87, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.
- 2) Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
 - 3) Manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº. 6.404/76
 - 4) Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que preste este serviço.

VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMITENTE constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta escritura, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMITENTE a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei no. 6.404, 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) Estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil;

A EMITENTE também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.



8

7



2. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) 01 parcela de Cr\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros) paga na aceitação da proposta, a título de implantação do serviço;
- b) Parcelas trimestrais equivalentes a Cr\$ 6.470.000,00 (seis milhões quatrocentos e setenta mil cruzeiros), para cada série emitida, a serem pagas em 01/03, 01/06, 01/09 e 01/12 de cada ano, sendo a primeira em 01/12/92;
 - b.01. As parcelas dos itens acima serão corrigidas monetariamente, desde 01/10/92, pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado - FGV), ou na falta deste, pelo mesmo índice de atualização do valor desta emissão de debêntures, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia, se necessário;
 - b.02. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMITENTE**;
 - b.03. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a ocorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela **EMITENTE**.

3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMITENTE**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a **EMITENTE** efetuar a substituição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.



[Handwritten signature]



PARÁGRAFO TERCEIRO - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM no. 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

PARÁGRAFO QUARTO - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de Aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada a escritura de emissão.

PARÁGRAFO QUINTO - O **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

PARÁGRAFO SEXTO - Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- A) Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- B) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- C) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- D) Verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- E) Promover, nos competentes órgãos, caso a **EMITENTE** não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da **EMITENTE** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- F) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- G) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;



§



- H) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da **EMITENTE**;
- I) Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMITENTE**;
- J) Convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 03 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMITENTE** deve efetuar suas publicações;
- K) Comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- L) Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- L.1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMITENTE** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMITENTE**;
 - L.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;
 - L.3) Comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMITENTE** enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da **EMITENTE**;
 - L.4) Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - L.5) Resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela **EMITENTE**;
 - L.6) Constituição e aplicações do fundo de amortização das debêntures, quando for o caso;
 - L.7) Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMITENTE**;
 - L.8) Relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - L.9) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMITENTE** neste instrumento;
 - L.10) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**.
 - L.11) Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures da presente emissão.
- M) Apurar e divulgar, tempestivamente, as taxas e o parâmetro do Prêmio a que se refere o item 15 da Cláusula IV desta Escritura.



8

5



N) Colocar o relatório de que trata o inciso "L" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMITENTE**, ao menos nos seguintes locais:

N.1) Na sede da **EMITENTE**;

N.2) No seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;

N.3) Na CVM;

N.4) Nas Bolsas de Valores, quando for o caso;

N.5) Nas Instituições que lideraram a colocação das debêntures.

O) Publicar, nos órgãos da Imprensa em que a **EMITENTE** deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "n";

P) Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **EMITENTE**, e à ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto;

Q) Coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas;

R) Fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta escritura de emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

S) Notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela **EMITENTE**, de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

S.1) À CVM;

S.2) Às Bolsas de Valores, quando for o caso;

5. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMITENTE** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMITENTE**:

a) Declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;

c) Executar as garantias dadas em caso de falência ou concordata da **EMITENTE**, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;

d) Requerer a falência da **EMITENTE**;



[Handwritten signature]



- e) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMITENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

PARÁGRAFO SEGUNDO- O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do Caput deste item se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "e" do Caput deste item.

6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMITENTE** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à **EMITENTE** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) Extração de certidões;
- c) Locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO- O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da **EMITENTE** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



8 X



VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures de cada uma das séries desta emissão poderão, a qualquer tempo, e de forma separada para cada uma das séries, reunir-se em Assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de cada série;

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMITENTE**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures de cada série em circulação, ou pela Comissão de Valores Mobiliários (C.V.M.);

PARÁGRAFO SEGUNDO- Aplicam-se à Assembléia de debenturistas, no que couber, as regras legais estabelecidas na Lei nº 6404/76 para a Assembléia Geral dos Acionistas da **EMITENTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A Presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

PARÁGRAFO QUARTO - Em qualquer caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá a Assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas;

PARÁGRAFO QUINTO - A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número.

PARÁGRAFO SEXTO - Nas deliberações da Assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

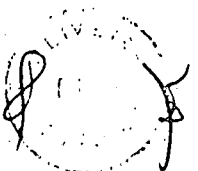
PARÁGRAFO SÉTIMO - Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

PARÁGRAFO OITAVO - Para efeito da constituição do Quorum a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à **EMITENTE**.

PARÁGRAFO NONO - A Ata da Assembléia será obrigatoriamente arquivada no Registro de Imóveis competente para a inscrição da escritura de emissão.

IX - DO FORO

O Foro da presente Escritura será o da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.





ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PARA OFERTA PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES DA CARBOMIL S.A. MINERAÇÃO E INDÚSTRIA - 1ª EMISSÃO

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Fortaleza, Ce., de 01 DEZ 1993 de 19

EMITENTE: [Signature]
CARBOMIL S.A. MINERAÇÃO E INDÚSTRIA

AGENTE FIDUCIÁRIO: [Signature]
OLIVEIRA BASTOS D.T.V.M. LTDA.

TESTEMUNHAS:

1a.: [Signature]

2a.: [Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]
01/12/93

[Signature]



☒ RECONHEÇO A _____

[Signature]